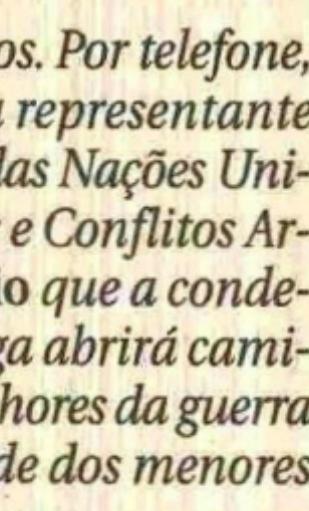


>> entrevista RADHIKA COOMARASWAMY

“É um dia para celebrarmos”

A cingalesa Radhika Coomaraswamy, 59 anos, celebrou o veredito do Tribunal Penal Internacional com a certeza de que a Justiça não vai tolerar mais o recrutamento de crianças soldados. Por telefone, de Juba (Sudão do Sul), a representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para Crianças e Conflitos Armados afirmou ao Correio que a condenação de Thomas Lubanga abrirá caminho para a punição de senhores da guerra que exploram a fragilidade dos menores para usá-los no front.



Jay Directo/AFP - 18/4/01

Como a senhora vê a condenação de Thomas Lubanga?

Para mim, hoje é um dia muito importante. Trata-se de um dia realmente para celebrarmos. O Tribunal Penal Internacional enviou uma mensagem clara de que não existe tolerância em relação ao recrutamento de crianças-soldados e de que aqueles que o fazem serão punidos. A condenação de Lubanga pode abrir caminho para a punição de outros senhores da guerra. Existe um outro julgamento, na corte de Haia, envolvendo o Estado congolês de Katanga, onde também houve recrutamento infantil.

Qual foi o papel de Lubanga no recrutamento das crianças?

Eu não sei os números exatos, mas ele recrutou uma grande quantidade de crianças de algumas comunidades étnicas. Essas crianças foram fabricadas para combater, também foram submetidas à violência sexual e forçadas a realizar trabalhos domésticos nos acampamentos.

Lubanga levava essas crianças até os acampamentos e as treinava. Eram crianças de 9 a 10 anos. Algumas delas, com apenas 9 anos, já combatiam.

Houve casos de estupro cometidos pelos comandantes?

Algumas das crianças foram transformadas em escravas sexuais pelos comandantes.

Ainda há muitas crianças recrutadas na África?

Há casos na Libéria, onde as crianças combatem em duas guerras. Temos visto recrutamentos no Congo, no Chade e no Sudão.

E o que o mundo deve fazer para impedir essa situação?

Há duas coisas a serem feitas. A primeira delas é encontrar os culpados e puni-los junto ao Tribunal Penal Internacional, mas também a nível nacional. A segunda diz respeito ao trabalhos das agências e programas das Nações Unidas, como o Unicef. É importante integrar essas pessoas e devolvê-las à vida em sociedade. (RC)